

A Ciência e os caminhos do desenvolvimento

Expropriações de Terras no Açú – São João da Barra (RJ): “no meio do caminho haviam famílias, haviam famílias no meio do caminho”

*Raquel Chaffin Cezario
Marlon Gomes Ney*

O Estado do Rio de Janeiro tem investido ao longo dos últimos anos em megaprojetos de infraestrutura, nos quais se destaca a construção do Porto do Açú. Localizado no município de São João da Barra, a sua instalação envolveu desapropriações de terras para a criação de um Distrito Industrial, o que gerou conflitos entre diferentes agentes da sociedade civil. Este trabalho tem como objeto de estudo as desapropriações ocorridas e tem como objetivo principal demonstrar que as mesmas foram realizadas pela legalização de “processos ilegais” para o favorecimento de agentes privados, legitimados por um poder público que, em diferentes escalas, constitui-se como um Estado de Exceção que expropriou moradores de suas terras por meio de uma apropriação por desposseção. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, onde foi realizado o trabalho de gabinete para a leitura e compilação dos dados coletados por pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados parciais mostraram que a empresa responsável pela construção do Porto (na época a LLX, que pertencia à EBX) estimou para o ano de 2012 a remoção de cinquenta famílias, mas a remoção foi de aproximadamente 1.500 famílias. A Associação de Proprietários Rurais e de Imóveis do Município de São João da Barra (ASPRIM) afirma que esse número é ainda maior, pois a cada momento novas áreas eram anexadas ao projeto do Porto, deixando incertas as novas desapropriações. Além disso, os resultados demonstraram que todo o processo foi perpassado por esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o ex-Governador Sérgio Cabral e o Empresário Eike Batista, mediante as denúncias divulgadas a partir de janeiro de 2017 pela mídia. Tais fatos levam à conclusão de que uma área legalmente desapropriada por Decretos Estaduais com a finalidade de comportar diversas indústrias em um Distrito, na verdade consubstanciou processos ilegais, tais como milícias, ausência de ordem judicial e o não pagamento de indenizações, ao retirar uma população tradicional de seu local de moradia.

Palavras-chave: Porto do Açú, Expropriações de Terras, Estado de Exceção.

Instituição de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).